

MEIO AMBIENTE

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 3ª | Maio e Junho | 2026

ÍNDICE

03	Neoenergia deverá apresentar plano para proteger animais de choques elétricos em Praia do Forte
04	MPBA participa de audiência pública sobre Plano de Mobilidade Urbana de Lauro de Freitas
05	MPBA recomenda regularização da iluminação pública e manutenção de via de pedestres em Santo Amaro - MPBA recomenda suspensão de audiência pública sobre complexo fotovoltaico em Campo Formoso
06	Operação 'Ninho de Falcão' é deflagrada contra organização interestadual de tráfico de animais silvestres
07	Série de ações de Fiscalização Preventiva Integrada na área ambiental tem início no Oeste baiano
08	Fiscalização Preventiva Integrada constata esgoto lançado no Rio Corrente em Santana
09	FPI confirma denúncia de extração mineral clandestina em Cocos
10	Prefeitura de Salvador deve garantir participação popular em revisão do PPDU da cidade - MPBA recebe Prêmio Solo Seguro do CNJ por atuação em conflitos agrários e fundiários
11	MPBA solicita à Justiça medidas imediatas para evitar desabamento de igreja histórica em Itaparica
12	MPBA discute políticas públicas de proteção animal em Itacaré - MPBA ajuíza ação contra Camaçari por falta de plano de gestão de resíduos sólidos
13	MPBA apresenta principais mudanças da Lei Geral do Licenciamento Ambiental em evento em Caetité
14	MPF e MPBA adotam medidas para garantir consultoria independente sobre impactos da ponte Salvador-Itaparica
15	Justiça determina fim do lixão de Poções a pedido do MPBA - MPBA ajuíza ação para garantir regularização urbanística e ambiental de loteamento no Município de Camaçari
16	MPBA apresenta ações para encerramento de lixões em congresso nacional no Pará
17	MPBA recomenda retirada de barracas irregulares em praça localizada em área tombada em Caetité - Festejos Juninos: Justiça acata pedido liminar do MPBA e determina readequação de cachês em Anagé
18	MPBA aciona empresas por supressão ilegal de vegetação para implantação de empreendimento em Camaçari - MPBA recomenda medidas para coibir poluição sonora em quatro municípios do sudoeste da Bahia
19	Expediente

Neoenergia deverá apresentar plano para proteger animais de choques elétricos em Praia do Forte

A Neoenergia Coelba terá que apresentar um Plano de Adequação da Rede Elétrica da região de Praia do Forte para mitigar riscos à fauna silvestre nos próximos 30 dias. A decisão judicial, da terça-feira, dia 28, atende a pedidos liminares apresentados em ação movida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, por meio da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Mata de São João. Segundo o promotor de Justiça Thomas Bryann do Nascimento apurações realizadas pelo MPBA constataram a recorrente morte de animais em decorrência de choques na rede elétrica local.

De acordo com a decisão, o plano deverá conter um conjunto detalhado de medidas técnicas, incluindo o mapeamento georreferenciado de toda a rede elétrica, cronograma de execução e medidas eficazes de proteção da fauna,. Além disso, a Neoenergia deverá destinar mensalmente recursos no valor de R\$ 61.529,00 ao Fundo de Defesa dos Direitos Fundamentais (FDDF), para custear ações emergenciais de resgate, monitoramento e conservação das espécies afetadas.

A ação do MPBA apontou a existência de um dano ambiental contínuo causado pela operação da rede elétrica na região, especialmente na área da Floresta do Aruá. As investigações indicam que a falta de isolamento adequado de fios e equipamentos tem transformado a rede em uma ameaça constante à fauna, atingindo inclusive espécies ameaçadas de extinção, como a preguiça-de-coleira. Segundo o promotor de Justiça, o MPBA apura os fatos desde janeiro de 2024 e realizou diversas diligências, reuniões extrajudiciais e recomendações à concessionária. No entanto, mesmo após intervenções pontuais, novos episódios de eletrocussão continuaram sendo registrados, inclusive em estruturas que já haviam passado por algum tipo de adaptação considerada insuficiente pelos estudos técnicos.



Imagem: Instituto Preguiça de Coleira

MPBA participa de audiência pública sobre Plano de Mobilidade Urbana de Lauro de Freitas

O Ministério Público do Estado da Bahia participou na última terça-feira, dia 5, de audiência pública realizada no Hotel Mais, em Lauro de Freitas, para discutir a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana (Planmob) do Município. Durante a audiência, a promotora de Justiça Ivana Silva Moreira ressaltou que o Plano de Mobilidade Urbana deve ser construído como um instrumento técnico, executável e alinhado à realidade do município. “O Plano de Mobilidade Urbana não é uma peça de retórica ou um documento de prateleira. A legislação é clara ao exigir diagnóstico detalhado da realidade do município, metas, indicadores de desempenho, previsão de financiamento e mecanismos de revisão periódica”, afirmou a promotora de Justiça. Também participou do encontro a promotora de Justiça Maria Augusta Santos de Carvalho.

A promotora de Justiça Ivana Moreira ressaltou que a Lei Federal nº 12.587/2012 estabelece critérios obrigatórios para a elaboração do plano, como diagnósticos detalhados sobre transporte coletivo, acessibilidade, segurança viária, ciclovias e condições de deslocamento da população. O encontro reuniu representantes do poder público, especialistas e integrantes da sociedade civil.

“A participação popular qualificada exige que as pessoas tenham acesso a informações concretas sobre a realidade da mobilidade em Lauro de Freitas. Sem essa base de informação, a participação corre o risco de ser apenas um rito formal”, pontuou a promotora de Justiça Ivana Moreira. A atuação do MPBA no acompanhamento do processo da elaboração do plano de mobilidade conta com apoio técnico do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente e Urbanismo (Ceama). O analista do MPBA e urbanista Rodrigo Almeida Alves acompanha as etapas metodológicas para garantir que o plano apresente metas claras, indicadores de desempenho, previsão de fontes de financiamento e mecanismos de revisão periódica.

([Leia mais](#))



MPBA recomenda regularização da iluminação pública e manutenção de via de pedestres em Santo Amaro

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) expediu, no dia 29 de abril, recomendação ao Município de Santo Amaro para a adoção de medidas imediatas voltadas à regularização da iluminação pública e à manutenção da via de pedestres localizada na Travessa do Sacramento.

A recomendação foi assinada pelo promotor de Justiça Rafael Macedo Coelho Luz Rocha, da 3ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro, no âmbito de procedimento administrativo instaurado para apurar a situação de precariedade estrutural da localidade.

Segundo o documento, foi constatada insuficiência de iluminação pública, além de falhas estruturais na via, como a presença de detritos, entulhos e desníveis no solo. A travessa é utilizada há décadas pela comunidade local como passagem pública e apresenta riscos à segurança de pedestres, especialmente idosos e pessoas com deficiência.

O MPBA recomendou que a Prefeitura e a Secretaria de Infraestrutura adotem, no prazo de 30 dias, providências como a requalificação do poste existente, com instalação de iluminação adequada em toda a extensão da via, a limpeza completa do local, o nivelamento do solo e a implementação de uma rotina periódica de manutenção preventiva.

A recomendação destaca que a iluminação pública e a conservação de vias urbanas são serviços essenciais e de responsabilidade do Município, conforme previsto na Constituição Federal e na legislação urbanística. O documento também alerta que a permanência da situação pode resultar na adoção de medidas judiciais pelo MPBA para garantir a segurança, a mobilidade urbana e a dignidade da população. ([Leia mais](#))

MPBA recomenda suspensão de audiência pública sobre complexo fotovoltaico em Campo Formoso

O Ministério Público do Estado da Bahia recomendou ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) a suspensão da audiência pública do Complexo Fotovoltaico Berilo, prevista para o dia 14 de maio, em Campo Formoso. A medida foi expedida no dia 6 de maio, pela promotora de Justiça Gabriela Gomes Ferreira, após a identificação de falhas e lacunas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado pelo empreendimento, considerado de grande porte e com alto potencial de impacto.

Entre os principais pontos, o MPBA destacou a falta de informações adequadas sobre o uso de recursos hídricos. O estudo prevê consumo elevado de água para limpeza dos painéis solares, estimado com cerca de 402 mil litros por campanha, sem detalhar a origem da água, a regularidade da captação e a disponibilidade na região, o que compromete a análise da sustentabilidade do projeto.

Também foram identificadas inconsistências na avaliação dos impactos sobre a Bacia do Rio Salitre e falhas no levantamento da fauna, realizado em período curto e apenas durante a seca, o que pode não refletir a biodiversidade local. Para o MPBA, essas limitações dificultam a compreensão dos impactos ambientais e comprometem a participação da população no processo de licenciamento.

A população pode entrar em contato com o Ministério Público da Bahia pelo Disque 127, pelo site de atendimento ao cidadão (<http://www.atendimento.mpba.mp.br/>) e pela Ouvidoria, por meio do 0800 284 6803.

Operação 'Ninho de Falcão' é deflagrada contra organização interestadual de tráfico de animais silvestres

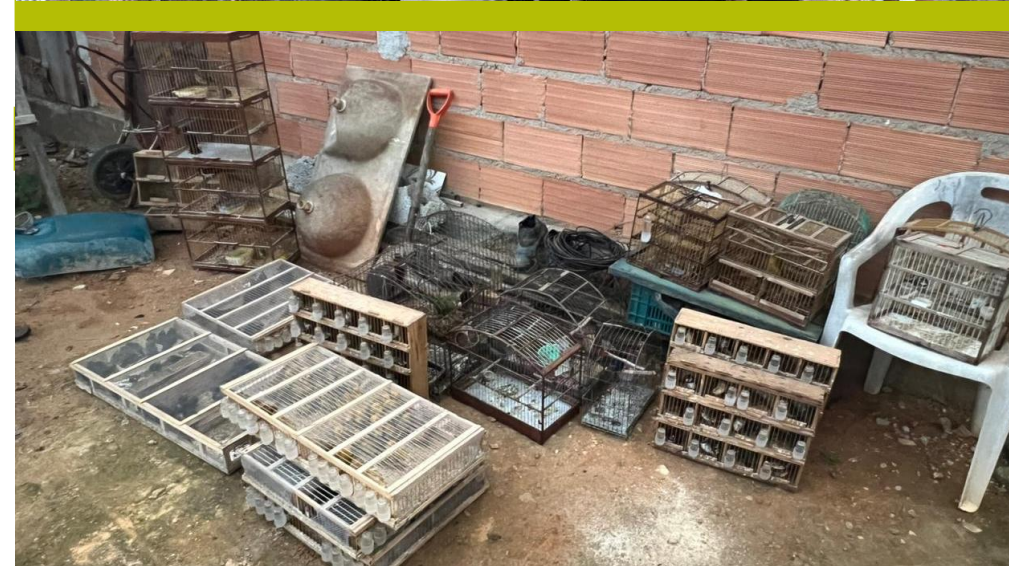
Foram apreendidos mais de 370 pássaros; fornecedor na Bahia e receptor, em Pernambuco, foram alvos de mandados de busca e apreensão

Uma operação conjunta dos Ministérios Públicos da Bahia (MPBA), Alagoas (MPAL) e Pernambuco (MPPE) foi deflagrada nesta terça-feira, dia 12, contra organização criminosa especializada no tráfico de animais silvestres. A 'Ninho de Falcão' cumpriu mandados de busca e apreensão domiciliar em endereços nos municípios de Jaboatão dos Guararapes (PE) e Medeiros Neto (BA), com a finalidade de colher elementos de prova relacionados a fornecedor e receptor de grandes quantidades de espécimes silvestres. Na Bahia, foram apreendidos 373 pássaros silvestres, entre canários da terra, papa-capins, cardeais, azulões, trinca-ferros, periquitos e corrupeiros. Duas pessoas foram presas em flagrante, quando se preparavam para realizar o transporte das aves.

A operação foi coordenada pelos Grupos de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) de Alagoas, Pernambuco e Bahia, juntamente com o Centro Operacional de Defesa do Meio Ambiente (Ceama) do MPBA e do Núcleo do Meio Ambiente do MPAL. E contou com o apoio da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental na Bahia (Cippa) de Porto Seguro da 44ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) de Medeiros Neto. Os dois alvos dos mandados possuem antecedentes em tráfico de animais silvestres.

Segundo as investigações, iniciadas há mais de um ano, o investigado que atua na Bahia pratica a captura de milhares de animais, com auxílio de outras pessoas da rede, e os destina para o receptor em Jaboatão dos Guararapes, mediante contrapartidas financeiras. A apuração aponta que os dois investigados estão envolvidos em uma rede com divisão de funções que maximizam os resultados e ganhos do comércio de animais silvestres.

[\(Leia mais\)](#)



Série de ações de Fiscalização Preventiva Integrada na área ambiental tem início no Oeste baiano

Equipes da FPI vão realizar vistorias e orientação técnica em 11 municípios da região do Rio Corrente

Uma série de ações de proteção ambiental está em andamento na região do oeste baiano. No último domingo, 17, em reunião realizada no Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Rio Corrente, teve início 53ª etapa da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) em Santa Maria da Vitória e em outros dez municípios do Oeste baiano.

A FPI mobiliza equipes de diversos órgãos públicos para realizar, de forma conjunta, fiscalizações ambientais, vistorias em propriedades rurais e orientação direta a produtores e comunidades. As atividades seguem até 29 de maio, quando serão apresentados os resultados das vistorias e os encaminhamentos definidos a partir das irregularidades identificadas.

“Essa etapa está dedicada a verificar com muita atenção os diversos impactos que afetam a bacia do Rio Corrente, portanto, serão realizadas muitas ações de educação socioambiental para sensibilização da população, de modo que possam mudar suas práticas, esse é um dos nossos propósitos nessa etapa”, pontuou a promotora de Justiça Luciana Khoury, coordenadora geral da FPI.

As ações incluem inspeções para identificar desmatamento irregular, fiscalização do uso de agrotóxicos, verificação da regularização ambiental de imóveis rurais e da captação de água, além do uso de imagens de satélite e sistemas de monitoramento para direcionar as fiscalizações. A iniciativa também realiza ações educativas e orientações técnicas, com o objetivo de regularizar atividades e promover práticas sustentáveis na região.



Fiscalização Preventiva Integrada constata esgoto lançado no Rio Corrente em Santana

Equipe técnica de Saneamento da 53ª etapa da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) do Rio São Francisco identificou, na segunda-feira (18), uma quantidade considerável de esgoto bruto sendo lançado nos canais de drenagem do município de Santana, que caem direto no Rio Corrente. A situação, explicou o coordenador da equipe, engenheiro sanitarista do Ministério Público do Estado da Bahia Filipe Pereira, “impacta ambientalmente tanto a bacia do Corrente quanto, consequentemente, o Velho Chico”.

Segundo Filipe Pereira, a realidade histórica é desafio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU de número 6, “que tem como meta o saneamento básico universalizado para todos os municípios brasileiros”. A equipe de Saneamento 01 é composta pelo MPBA, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Agência Reguladora de Saneamento Básico da Bahia (Agersa), Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT/BA) e Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental da Bahia (Divisa).

A equipe esteve no município para conhecer a realidade do abastecimento de água, do esgotamento sanitário e do manejo de resíduos sólidos. O MPBA já possui procedimento que acompanha a política de esgotamento sanitário em Santana e demais municípios da bacia. As providências para que a Embasa – empresa responsável pela administração – priorize essa demanda já estão sendo adotadas, para que tão logo esse lançamento de esgoto bruto seja interrompido.

[Continue lendo...](#)



FPI confirma denúncia de extração mineral clandestina em Cocos

Três pedreiras localizadas na zona rural do município de Cocos, no oeste baiano, foram inspecionadas na terça-feira, dia 19, por equipe técnica da 53ª etapa da Fiscalização Preventiva Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco da Bahia (FPI/BA). O objetivo foi apurar denúncias de ilegalidades na extração de minérios, atividade considerada pela legislação brasileira como potencialmente poluidora do meio ambiente, o que foi confirmado.

Quem esteve à frente da apuração foi a equipe de Mineração, formada por representantes do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea/BA), Agência Nacional de Mineração (ANM), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), Conselho Federal de Química (CFQ), Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (Cippa) e Secretaria da Fazenda do Estado. Eles visitaram a pedreira de uma mineradora licenciada, que denunciou à ANM a extração clandestina de pedras ardósias por terceiros na sua poligonal de mineração. A suspeita é de comercialização de brita do minério para empreendimentos da construção civil.

[\(Leia mais\)](#)



Prefeitura de Salvador deve garantir participação popular em revisão do PDDU da cidade

Em atenção a pedido do MP da Bahia, Justiça determina divulgação ampla de eventos públicos e disponibilização de documentos técnicos sobre o tema

A Prefeitura de Salvador terá que promover ampla divulgação das audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município e disponibilizar, dentro de 10 dias com fácil acesso em portal eletrônico, os documentos técnicos relacionados ao tema. As medidas foram determinadas pelo Tribunal de Justiça em decisão do último dia 22, que acatou pedido do Ministério Público da Bahia (MPBA), realizado em ação civil pública ajuizada pela promotora de Justiça Hortênsia Pinho.

Foi determinado ainda que o projeto de lei de revisão do PDDU não seja enviado à Câmara Municipal até a avaliação final da Justiça sobre a ação judicial, que apontou ilegalidades e solicitou a suspensão e recomeço do processo de revisão.

A divulgação sobre os próximos eventos para discutir com a sociedade a revisão do Plano deve ser realizada pelos meios de comunicação oficial da Prefeitura, inclusive redes sociais, com “antecedência razoável”.

Confira no [site!](#)

MPBA recebe Prêmio Solo Seguro do CNJ por atuação em conflitos agrários e fundiários

O Ministério Público do Estado da Bahia recebeu, na última quarta-feira (21), o Prêmio Solo Seguro, concedido pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A premiação reconhece iniciativas que contribuem para a regularização fundiária e a promoção da segurança jurídica no país.

O Núcleo de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários (Nuaf) foi um dos vencedores na categoria Eixo II – Regularização Fundiária Rural. O reconhecimento valoriza o trabalho desenvolvido pelo MPBA na mediação de conflitos e na construção de soluções pacíficas em áreas urbanas e rurais.

O Nuaf foi lançado em julho de 2025, durante a programação do projeto PGJ Itinerante, no município de Barreiras. Desde então, o núcleo atua em todo o estado da Bahia com ações voltadas ao tratamento judicial e extrajudicial de conflitos agrários e fundiários. A iniciativa busca garantir direitos, promover o diálogo entre as partes envolvidas e incentivar a autocomposição como forma de solução de disputas.

Integram o núcleo os promotores de Justiça Jurgen Wolfgang Fleischer, como coordenador, Luciana Khoury, Suelim Iasmine dos Santos Braga, Rui César Farias dos Santos Júnior, além da servidora Júlia Vivas.

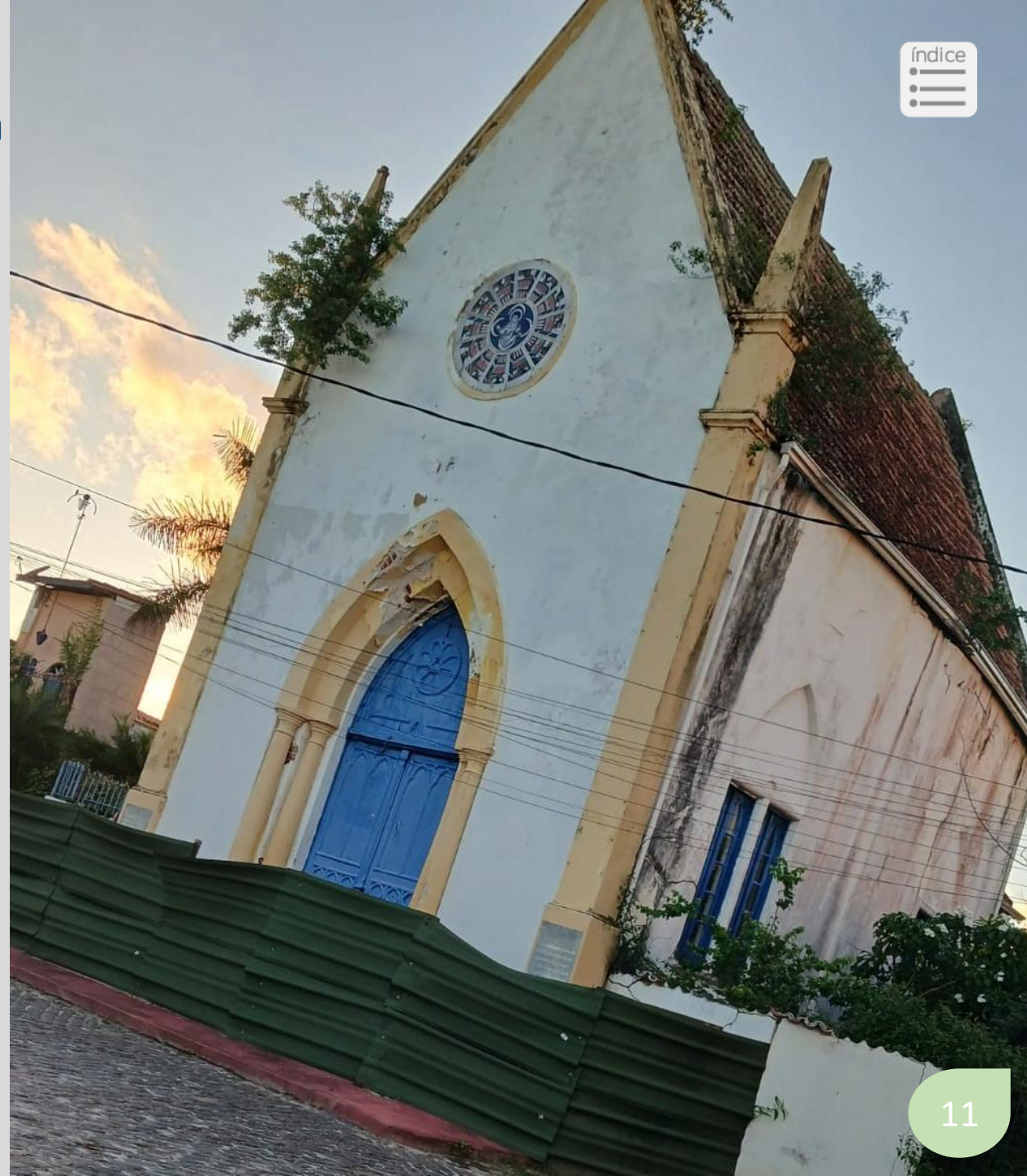
[\(Leia mais\)](#)

MPBA solicita à Justiça medidas imediatas para evitar desabamento de igreja histórica em Itaparica

O Ministério Público do Estado da Bahia solicitou à Justiça a adoção de medidas imediatas para evitar o desabamento da Capela Nossa Senhora da Piedade, localizada no centro histórico do Município de Itaparica. Os pedidos, feitos em recurso apresentado no último dia 4, pelas promotoras de Justiça Márcia Munique de Oliveira e Eduvirges Tavares, visam a confirmação da responsabilidade solidária da Arquidiocese de São Salvador, proprietária do bem, e do Município, como garantidor do patrimônio cultural por ele tombado, no custeio das obras emergenciais. Isso, sem prejuízo do exercício, pelo Município, do direito de regresso dos valores empregados nas obras.

Em dezembro de 2025, a Justiça concedeu decisão liminar requerida pelo MPBA e determinou a interdição da capela, a realização do escoramento das paredes laterais, vedação provisória da cobertura, limpeza geral do interior e descupinização emergencial da estrutura. O Município de Itaparica e a Arquidiocese de São Salvador da Bahia deveriam fazer as intervenções, sob pena de multa diária de R\$ 50 mil. As determinações judiciais não foram integralmente cumpridas. Em março deste ano, a Justiça reconheceu o cumprimento parcial da liminar e fixou novo prazo para execução das medidas restantes, advertindo sobre possibilidade de majoração das multas e sequestro de verbas públicas para custear diretamente as intervenções. O Município de Itaparica recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça da Bahia, sustentando que a responsabilidade principal pela conservação do imóvel seria da Arquidiocese e questionando a possibilidade de bloqueio de recursos públicos municipais

([Leia mais](#))



MPBA discute políticas públicas de proteção animal em Itacaré

O Ministério Público do Estado da Bahia realizou uma reunião na Promotoria de Justiça de Itacaré para discutir a situação dos animais no município e deliberar medidas voltadas à implementação de políticas públicas de proteção animal. Durante o encontro, realizado no dia 28 de abril, foram debatidos os principais problemas relacionados aos animais em situação de rua e definidas ações para o enfrentamento da questão, a exemplo de mutirões de castração e vacinação, além da elaboração de plano de trabalho para execução das ações.

“Apontamos a precariedade da situação dos animais nas ruas, a ausência de infraestrutura municipal adequada e as dificuldades enfrentadas por protetores independentes”, destacou o promotor de Justiça Fernando Gilberto Rodrigues e Silva. Também foram debatidas a possibilidade de criação de um Centro de Zoonoses e de um Centro Transitório de Cuidados, além do engajamento da Secretaria Municipal de Saúde e da utilização de recursos públicos para viabilizar as ações.

Entre os encaminhamentos definidos na reunião, ficou deliberada a elaboração de um plano de trabalho para viabilizar a retomada e ampliação das ações de castração animal, com utilização de recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Também foi discutido o engajamento da Secretaria Municipal de Saúde quanto à possibilidade de aporte de recursos financeiros e apoio técnico, considerando os impactos da causa animal na saúde pública.

[\(Leia mais\)](#)

MPBA ajuíza ação contra Camaçari por falta de plano de gestão de resíduos sólidos

Ausência de planejamento compromete limpeza urbana, meio ambiente e acesso a recursos públicos

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari, ajuizou ação civil pública no último dia 28 contra o Município de Camaçari. A medida tem como objetivo obrigar o município a elaborar, aprovar e implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Pmgirs), documento essencial para a organização do descarte do lixo urbano.

Na ação, o MPBA também pede a adoção de medidas imediatas para garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos. Entre as medidas requeridas estão a implantação da coleta seletiva, com inclusão de catadores, a recuperação de áreas degradadas e a estruturação de um sistema eficiente de manejo de resíduos, com previsão de ações como redução, reutilização e reciclagem.

A ação foi proposta após investigação iniciada em 2024 que constatou a inexistência de plano válido e efetivamente aplicado no município. De acordo com as apurações, o planejamento teria sido iniciado em 2014, mas não foi concluído nem aprovado formalmente, além de haver informações contraditórias entre órgãos da própria administração municipal.

[\(Leia mais\)](#)

MPBA apresenta principais mudanças da Lei Geral do Licenciamento Ambiental em evento em Caetité

Encontro reuniu gestores públicos, técnicos e representantes de instituições para debater os impactos da legislação ambiental nos municípios baianos

Os impactos da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025) para a gestão pública municipal foram discutidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia durante o “VI Seminário Gestão Ambiental Municipal: Resultados e Impactos no Alto Sertão”, realizado no dia 26 de maio, na sede da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), em Caetité. A palestra foi ministrada pelo promotor de Justiça Jaílson Trindade Neves, titular da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente, com sede em Guanambi.

Durante a apresentação, o promotor de Justiça abordou os principais pontos da nova legislação e seus reflexos para os municípios, destacando os procedimentos de licenciamento ambiental, as competências dos entes públicos e os desafios para a implementação das mudanças previstas na norma. Ele ressaltou ainda o papel do Ministério Público na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental e na defesa do meio ambiente como direito fundamental da população.

O seminário foi promovido pelo Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Alto Sertão e reuniu gestores públicos, técnicos da área ambiental e representantes de instituições que atuam na formulação e execução de políticas públicas ambientais, como a Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (Sema), o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), além de prefeitos e técnicos municipais. A iniciativa busca orientar ações de melhoria em áreas de lixões nos municípios, alinhando a atuação às novas normas ambientais e às políticas públicas de preservação do meio ambiente.



MPF e MPBA adotam medidas para garantir consultoria independente sobre impactos da ponte Salvador-Itaparica

Acordo prevê contratação de equipe especializada, custeada pela concessionária, mas com atuação autônoma e coordenação exclusiva dos Ministérios Públicos

O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) celebraram um Termo de Compromisso Socioambiental com o estado da Bahia e a empresa concessionária Concessão do Sistema Rodoviário Ponte Salvador–Ilha de Itaparica SA (CPSI).

O acordo garante a contratação de uma consultoria técnica externa e multidisciplinar para apoiar a análise do licenciamento ambiental da Ponte Salvador–Itaparica.

O objetivo é qualificar a fiscalização, assegurando rigor técnico na avaliação dos impactos sobre ecossistemas da Baía de Todos os Santos e as consequências socioeconômicas para a pesca artesanal e o uso do território.

A medida reforça o acompanhamento do MPF e do MPBA na fiscalização de todo o licenciamento ambiental.

[Clique aqui e confira a íntegra do Termo de Compromisso Socioambiental](#) e do [Termo de Referência](#).

A população pode entrar em contato com o Ministério Público da Bahia pelo Disque 127, pelo site de atendimento ao cidadão (<http://www.atendimento.mpba.mp.br/>) e pela Ouvidoria, por meio do 0800 284 6803.

*Com informações do MPF



Justiça determina fim do lixão de Poções a pedido do MPBA

A pedido do Ministério Público do Estado da Bahia, a Justiça determinou o fim do lixão a céu aberto no Município de Poções. De acordo com a promotora de Justiça Karina Gomes Cherubini, autora da ação, o município mantinha depósito de lixão a céu aberto, sem licenciamento ambiental e sem medidas de controle sanitário, causando contaminação do solo e das águas subterrâneas, além de riscos à saúde da população devido à queima de resíduos e à proliferação de vetores de doenças.

Na decisão, a Justiça determinou que o Município de Poções promova a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos e rejeitos gerados na cidade, no prazo de 12 meses, por meio da implantação de aterro sanitário próprio, soluções consorciadas com outros municípios ou uso de aterro regional licenciado.

“A área funcionava sem qualquer licenciamento ambiental ou medidas mínimas de controle de engenharia sanitária, contrariando as diretrizes de saneamento básico e as metas de manejo integrado previstas na própria legislação municipal”, destacou a promotora de Justiça Karina Cherubini. Também ficou estabelecido que o Município deverá apresentar, no prazo de 180 dias, um Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com acompanhamento técnico, e iniciar a execução das medidas previstas após a aprovação pelos órgãos ambientais. Além disso, o Município terá que cercar a área do lixão, proibir queimadas e controlar o acesso ao local.

[\(Confira no site\)](#)

MPBA ajuíza ação para garantir regularização urbanística e ambiental de loteamento no Município de Camaçari

O Ministério Público do Estado da Bahia acionou o Município de Camaçari para que sejam adotadas medidas visando à regularização urbanística e ambiental do loteamento “Parque Real Serra Verde”, localizado na cidade. De acordo com o promotor de Justiça Luciano Pitta, autor da ação, o MPBA tentou uma solução extrajudicial para o caso, mas não obteve êxito. “Realizamos diversas tentativas de solução extrajudicial, incluindo envio de ofícios e realização de reuniões com órgãos municipais, não só da gestão atual, mas anteriores, sem que houvesse a adoção de medidas concretas para resolver a situação”, destacou.

Na ação, o MPBA requer que a Justiça determine a adoção de providências para conter irregularidades e evitar o avanço da ocupação desordenada, além de elaborar um diagnóstico técnico da área e implementar um plano de regularização com cronograma, fiscalização contínua e execução de obras. A ação também prevê acompanhamento judicial com relatórios periódicos, visando assegurar o cumprimento das medidas e a efetividade da regularização, considerada essencial para restaurar a ordem urbanística, proteger o meio ambiente e garantir infraestrutura adequada do local.

[\(Leia a matéria na íntegra\)](#)



MPBA apresenta ações para encerramento de lixões em congresso nacional no Pará

O encontro destacou a inclusão de catadores e articulação institucional como estratégias para enfrentar destinação irregular de resíduos na Bahia

O Ministério Público do Estado da Bahia apresentou a experiência baiana no enfrentamento do encerramento dos lixões municipais no II Congresso de Direito Ambiental do Ministério Público do Pará, realizado nos dias 8 e 9 de junho, em Belém. Na ocasião, o promotor de Justiça Thomas Bryann Freitas do Nascimento, integrante do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Urbanismo (Ceama) conduziu a apresentação das ações do MPBA no encontro.

Durante a palestra “Programa de Encerramento Humanizado de Lixões na Bahia”, o promotor destacou que o tema segue como um dos principais desafios da gestão pública no país. Segundo diagnóstico realizado pelo Ceama em 2024, 87% dos municípios baianos ainda realizam a destinação de resíduos a céu aberto, mesmo após o prazo legal definido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, encerrado em agosto de 2024.

Para enfrentar esse cenário, O MPBA estruturou o Plano de Ação 2025 com três frentes: articulação com órgãos públicos e setor produtivo; atuação integrada entre unidades do próprio Ministério Público, com destaque para a parceria entre o Ceama e o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa (Caopam) na elaboração de nota técnica conjunta sobre a contratação de aterros sanitários por contratação direta pela Administração Pública; e inclusão socioprodutiva de catadores, garantindo participação, direitos e sustentabilidade no encerramento dos lixões.

[\(Confira a matéria na íntegra\)](#)



MPBA recomenda retirada de barracas irregulares em praça localizada em área tombada em Caetité

O Ministério Público do Estado da Bahia recomendou ontem, dia 18, ao Município de Caetité a retirada de barracas e outras estruturas irregulares instaladas na Praça da Catedral, no centro de Caetité, área inserida na Poligonal de Tombamento definida pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac). “A instalação de barracas, toldos, equipamentos e demais estruturas em áreas tombadas ou preservadas depende de autorização prévia do órgão responsável pela tutela patrimonial, podendo causar impactos à integridade visual e à preservação do conjunto cultural protegido”, destacou o promotor de Justiça Jailson Trindade.

No documento, o MPBA orienta a realização, em até 48 horas, de vistoria administrativa para identificar os responsáveis pelas estruturas, verificar a existência de licenças e avaliar riscos à acessibilidade, à segurança, à higiene pública e à preservação do patrimônio cultural. O documento prevê ainda a notificação dos responsáveis pelas instalações irregulares, possibilitando a retirada voluntária das estruturas, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas imediatas em situações de risco ou de flagrante irregularidade. Além disso, o MPBA orienta o Município a desenvolver, em conjunto com o Ipac, o Conselho Municipal de Cultura e representantes das baianas de acarajé, estudo técnico para definir locais, horários e condições adequadas para a instalação das barracas, respeitando tanto a proteção da área tombada quanto a salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé, patrimônio cultural brasileiro registrado pelo Iphan.

[\(Leia mais\)](#)

Festejos Juninos: Justiça acata pedido liminar do MPBA e determina readequação de cachês em Anagé

Decisão determina depósito judicial de mais de R\$ 107 mil referentes a valores considerados superiores aos parâmetros de razoabilidade definidos por órgãos de controle

A pedido do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), a Justiça determinou, hoje, 19, que o Município de Anagé não realize pagamentos às bandas Magníficos e Cacau com Leite em valores superiores aos limites estabelecidos com base na média dos contratos celebrados pelos artistas em 2025, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A decisão atende a uma ação civil pública, ajuizada pelo promotor de Justiça Leandro Carvalho Duca Aguiar, em razão do excesso de gastos nas contratações para o festejo junino “Arraiá do Gaviões”, previsto para ocorrer entre os dias 21 e 23 de junho.

Segundo o documento, a Banda Magníficos foi contratada por R\$ 413 mil, enquanto a Banda Cacau com Leite teve cachê fixado em R\$ 160 mil. A apuração aponta que os valores superam, respectivamente, os montantes de R\$ 332.556,27 e R\$ 132.732,31, considerados parâmetros razoáveis com base na Nota Técnica Conjunta nº 01/2026, elaborada pelo MPBA, Tribunal de Contas do Estado da Bahia e Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Ficou decidido, também, que o Município de Anagé deposite judicialmente, no prazo de 24 horas, os valores excedentes dos contratos, totalizando R\$ 107.711,42. [\(Leia a matéria na íntegra\)](#)

MPBA aciona empresas por supressão ilegal de vegetação para implantação de empreendimento em Camaçari

O Ministério Público do Estado da Bahia ajuizou ação contra as empresas Design Resorts Empreendimentos Imobiliários Ltda. e M. Roscoe Engenharia e Construções Ltda., responsáveis pela implantação do empreendimento “Jardins Litoral”, no município de Camaçari. A ação, de autoria do promotor de Justiça Luciano Pitta, foi movida após a constatação da supressão ilegal de aproximadamente 14,27 hectares de vegetação caracterizada como Área de Preservação Permanente (APP) para construção do empreendimento. A área equivale a cerca de 20 campos de futebol.

De acordo com as apurações foram identificados danos ambientais de caráter estrutural decorrente das intervenções realizadas na área. O promotor de Justiça registra que laudos técnicos apontam que os impactos incluem perda de biodiversidade, destruição de habitats naturais e degradação ambiental persistente, o que compromete significativamente o equilíbrio do ecossistema local.

Na ação, o MPBA requer à Justiça que, em caráter de urgência, determine às empresas a suspensão imediata de novas intervenções na área e a apresentação de um plano de recuperação ambiental. Quando julgada a ação, que ocorra a reparação integral dos danos ambientais, o pagamento de indenização por danos morais coletivos e a implementação de medidas contínuas de monitoramento e recuperação da área degradada, com o objetivo de assegurar a proteção ambiental e a responsabilização dos envolvidos.

[\(Leia mais\)](#)

MPBA recomenda medidas para coibir poluição sonora em quatro municípios do sudoeste da Bahia



O Ministério Público do Estado da Bahia recomendou, no último dia 14, que os municípios de Iuiú, Feira da Mata, Malhada e Carinhanha, localizados no sudoeste da Bahia, adotem medidas para diminuir a poluição sonora e o abuso de instrumentos sonoros. No documento, o MPBA orienta proprietários e condutores de veículos a não utilizarem equipamentos de som automotivo e paredões que perturbem o sossego público, além de recomendar que órgãos municipais de trânsito, guardas civis municipais, Polícia Militar e Polícia Civil intensifiquem a fiscalização, a aplicação de multas, a apreensão de equipamentos e a responsabilização dos infratores.

“A poluição sonora é uma das formas mais graves de degradação ambiental nos centros urbanos e pode causar prejuízos à saúde e à qualidade de vida da população, provocando estresse, insônia, e diminuição da concentração”, destacou a promotora de Justiça Michely Queiroz de Oliveira, autora da recomendação. Ela complementou que a perturbação do sossego e a emissão de ruídos acima dos limites permitidos podem configurar infrações penais e ambientais.

Entre as medidas recomendadas aos prefeitos dos quatro municípios está a fiscalização de áreas próximas a hospitais, postos de saúde e escolas, além do cumprimento de normas sobre poluição sonora na concessão de licenças para eventos com som automotivo e paredões.

[\(Leia a matéria na íntegra\)](#)

EXPEDIENTE

Procurador-Geral de Justiça
Pedro Maia de Souza Marques

Coordenador do CEAMA
Augusto César Carvalho de Matos

Coordenador Adjunto
Thomas Bryann Freitas do
Nascimento

Unidade de Informações Ambientais
Jeliane Pacheco
Renata Fernandes

Diagramação e Revisão
Evelyne Pacheco de Lima

Fotos de Capa: Elizabete De Araujo
Souza / Evelyn Lima



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO – CEAMA
5ª Avenida, nº 750, Sala 101, CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP 41.745-004
Tel: 71 3103-0391 | e-mail: ceama@mpba.mp.br



Edições Anteriores
Clique aqui